

DESAFIOS DO ESTADO CONTEMPORÂNEO DIANTE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Felipe Onisto¹

Sandro Luiz Bazzanella²

RESUMO: O presente artigo apresenta de forma estruturante as possíveis intervenções do Estado contemporâneo, perante os desafios do desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros, representado pela figura do gestor público. Suas discussões convergem nos exequíveis papéis dos gestores públicos orientados pelas políticas públicas. Seu objetivo é pontuar possíveis medidas que contribuam para promoção da qualidade de vida, mensuradas pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O método utilizado na pesquisa é de caráter bibliográfico revisionista, amparado pela modalidade teórica. Desta forma, permite ampliar as discussões e generalizar os escritos elencados. A partir da pesquisa exploratória foi favorável o levantamento bibliográfico, necessário ao ensaio. A base de dados se estruturou em fontes primárias, em que a abordagem técnica empregada foi qualitativa, imperando assim o método dedutivo. Os resultados alcançados se desdobram em conceituar e analisar as propostas desenvolvimentistas, tendo como pano de fundo uma leitura que ressalta a primazia do Estado contemporâneo como agente fomentador da economia hodierna, levando em conta que o mercado e seu instrumento de autorregulação vem se mostrando ineficaz no que concerne a diminuição das desigualdades na distribuição de renda. Nesta visão, as funções das políticas públicas aquecem o debate defronte o papel do gestor público.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Moderno. Qualidade de Vida. Desenvolvimento Econômico.

BEFORE THE CONTEMPORARY STATE OF CHALLENGES ECONOMIC DEVELOPMENT OF BRAZILIAN MUNICIPALITIES

ABSTRACT: This assignment presents the possible intervenience of the contemporaneous State before the economic development of Brazilian municipalities, represented for Picture of public manager. The aim is to punctuate possible measures that contribute for the promotion of life quality, measured by the Human Development Index – HDI. The method used in this research is revisionist, supported by the theory, which allowed to broaden the discussions and the generalization of the written in here. From the exploratory research it was favorable the bibliographic collection, necessary to the essay. The data base was structured in primary order, in which the technical approach used was qualitative, reining the deductive method. This paper can be considered a transversal method of study. That analyzes method used was the Historical and Dialectal Materialism. The results achieved unfold it selves in conceptualize and analyze the develop mentalists, with a background of readings that highlight the primacy of the contemporaneous State, in order to help to rule the today's economy, taking into account that its evaluation instrument of self-regulation is being demonstrated as ineffective. In this vision, the functions of the public policies warm the debate in front of the paper of public manager.

KEYWORDS: ModernState. Life Quality.EconomicDevelopment.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio discute as possíveis políticas públicas do Estado, como contribuição para o desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. Esta vertente será factível ao analisar o conceito hodierno de desenvolvimento econômico, bem como identificar o conceito de Estado contemporâneo, e visualizar possíveis propostas de desenvolvimento econômico, que perpassam o dia a dia das administrações municipais, orientando para a implementação das políticas públicas.

Ao discorrer o texto, o interlocutor encontrará um resgate histórico do conceito de Estado, formulado a partir da perspectiva do pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, possibilitando apresentar hipóteses da maneira como o Estado se adequa aos padrões econômicos e sociais onde se insere.

Frente às mudanças políticas, econômicas e sociais inúmeros teóricos se debruçaram sobre as temáticas levantadas, em temporalidades e espacialidades distintas, bem como a partir de suas diversas matrizes teóricas, permitindo relacionar a discussão, dentre eles: Sergio Boisier, Slavoj Žižek e Celso Furtado. A visão clássica e abrangente dos pensadores outorga, um leque de abordagens, as quais são discutidas em Universidades de todo o mundo, principalmente orientadas pela eloquência de Žižek, ao tratar dos temas sob propostas políticas revisionistas do marxismo, função do Estado e, sistema econômico.

Diante do conceito de desenvolvimento, postulados basilares se demonstram necessários à discussão, como qualidade de vida, principalmente quando se trata de acesso ao conhecimento e informação. Estes fatores facilitam à população reivindicar uma melhor ascensão social, principalmente no tocante às organizações do trabalho, distribuição de renda e acessibilidade aos direitos básicos como saúde e educação. Ao que parece, a última grande crise econômica mundial de 2008, fez emergir discussões acerca da importância de um Estado de emergência. Ao que tudo indica as prerrogativas do liberalismo econômico, historicamente, se demonstram falhas, bem como as ações basilares de manutenção do Estado se fazem diminutivas perante o capitalismo.

Realidades como essas fizeram nascer ou fortalecer movimentos sociais e urbanos, a fim de discutir estes acontecimentos, entre eles: a Primavera Árabe, Occupy Wall Street, as manifestações na Grécia, dentre outras. As ações visaram trazer à tona a validade de um agente que esteja acima da sociedade civil, com capacidade de organizá-la de forma justa e

igual, o Estado, governado através de regimes representativos pela figura do gestor público e, guiado pelas primazias das políticas públicas. Segundo esta realidade, o artigo pretende apontar intervenções em setores estratégicos à serem desempenhados pelo mesmo, como garantia da satisfação coletiva.

O método utilizado na pesquisa é de natureza revisionista, articulando-se numa perspectiva teórica, ampliando e generalizando os conceitos. A pesquisa exploratória resultou em um levantamento bibliográfico, necessário para o ensaio. A base de dados se estruturou primariamente, tendo abordagem qualitativa, imperando o método dedutivo. O método de análise utilizado é o Materialismo Histórico Dialético.

Os resultados se apresentam através da exposição das diversas possibilidades de conceituação e análise das propostas desenvolvimentistas, tendo como pano de fundo hipóteses fundamentais entorno do Estado contemporâneo a fim de auxiliar a reger a economia hodierna.

Assim, a questão central que move o conjunto das discussões no presente artigo, assim se apresenta: Quais são as possíveis funções políticas do Estado contemporâneo perante os desafios do desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros?

2 PRESSUPOSTOS ÉTICOS E POLÍTICOS DO ESTADO MODERNO

Ao referenciar desenvolvimento econômico, torna-se importante caracterizar os pressupostos que amparam seu alcance. Este nuance se relaciona diretamente ao Estado, seja como precursor de ações (intervenção) ou ente que se abstém e torna livre o funcionamento do mercado¹. Segundo Adam Smith, no sistema liberal o indivíduo é autônomo para escolher o destino de seus investimentos, caminhando paralelamente ao poder do Estado formalizado.

[...] ele tem em vista apenas sua própria segurança; ao orientar sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. “Ao perseguir seus próprios objetivos, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quanto tenciona realmente promovê-lo.” (SMITH, 1983, p. 379).

¹ Conceituado por Adam Smith como “mão invisível”.

Evidências da vitalidade estatal perante a manutenção social se encontram difundidas nos escritos de Hegel - considerado como pai do Estado Moderno – idealizando-o como a “voz do povo”. Na tentativa de materializar o pensamento é basilar a metáfora diante da figura do Leviatã². Diante disto, o Estado hegeliano se constitui pelo aglomerado da sociedade civil organizada, aglutinada por famílias. O Estado em Hegel garante a liberdade individual perante as tomadas de decisões coletivas, exercendo, assim, a ética.

O comprometimento comunitário sintetizado pela ética, viabiliza uma tomada de decisão particular que irá influenciar os rumos da organização social. Bem como o agir peculiar voltado a si mesmo, garante que suas regras morais sejam protagonizadas, sem influenciar a população. Segundo Denis Rosenfield:

O mais alto dever do indivíduo é ser membro do Estado o que significa que ele participa do processo pelo qual se decide o destino dos indivíduos e de todo o povo. Trata-se da intervenção consciente de cada um nos assuntos que dizem respeito à vida de todos. Além disso, o mais alto dever do indivíduo consiste, então, não em submeter-se cegamente às ordens da autoridade estatal, mas em pôr em funcionamento o conjunto das determinações que constituem o cidadão que é, simultaneamente, homem jurídico, moral, membro da família, da sociedade e do Estado. (1995. p. 226)

Nesta perspectiva, o Estado hegeliano se apresenta como mediador legitimado dos interesses do povo. Assim, cabe anunciar que suas atribuições demandam atender as necessidades populares, da sociedade civil organizada que se apresentem cotidianamente. No caso do desenvolvimento econômico cabe a questão: Qual o papel do Estado na economia, segundo a estrutura estatal hegeliana?

A discussão do Estado hodierno se dá pela caracterização das obrigações governistas. Os partidos liberais apostam na lei da oferta e da demanda, garantindo a livre circulação de bens e serviços, auxiliados por uma pequena carga tributária e a seguridade do mínimo de serviços estatais, visto que o mercado oferece tais serviços de forma privatizada. Os intervencionistas contemporâneos se encontram opostos a este paradigma, normalmente com tributação maior e regulações em setores estratégicos (principalmente econômico), que visam dar acesso e sustentabilidade a vida econômica e social de seus indivíduos. Estas articulações sociais somente são possíveis, através do Estado e, segundo Hegel:

² A semelhança se dá somente pelo fato da imagem do Leviatã de Hobbes ser composta por pessoas, sendo estruturante na construção do Monstro do Estado. No caso hegeliano a construção do Estado só é possível perante a base da sociedade civil aglomerada.

O Estado é, então, uma instância que, engendrada pela sociedade, lhe é contido exterior, pois o seu fim lhe é específico, o de promover os interesses da coletividade. A sua função é fundamentalmente política e o seu exercício vital, pois, sem ele, a sociedade sucumbe à sua própria falta de fundamento, à luta desregrada dos interesses particulares e egoístas. (ROSENFELD, 1993, p. 54 - 55)

O Estado moderno, concebido aqui a partir dos pressupostos hegelianos como “Razão Absoluta”, torna-se destino certo do indivíduo, pois é nele que seus postulados éticos, estéticos e políticos se realizam, bem como o alcance da felicidade. O conceito de lógica hegeliana auxilia na resolução de conflitos e criação de novas ideias, a vertente da racionalidade histórica reafirma o reconhecimento do presente amparado na dialética. A noção de tempo cíclico se sustenta no processo dialético de tese, antítese e síntese, o juízo de que o princípio causador é único, confronta-se diante do turbilhão que o constitui para Hegel.

O nascimento ideal é sempre a afirmação (tese), seguida de uma negação (antítese), findando na mediação entre ambas (síntese), esta que se transforma em nova tese e assim sucessivamente. Para Hegel, é possível interpretar a contemporaneidade por meio deste raciocínio lógico, afirmando que nada é novo e, sim, idealização de um tempo presente. A partir dos acontecimentos sociais que acometeram os tempos, o Estado se mostrou necessário, como ente real, capaz de organizar e mediar interesses coletivos.

Esta concepção de Estado, presente até os dias de hoje, sofreu influência do modelo ateniense de democracia representativa, juntamente com os acontecimentos da Revolução Francesa (1789). Hegel percebeu que após a queda da monarquia, o povo não tinha propostas políticas para o país. Esta falta de paradigma político e administrativo resultou no governo de Robespierre, seguido do período Napoleônico, representante da burguesia e restaurador da razão de Estado burguesa. Diante das exigências do processo revolucionário em curso na França naquele período, os partidos políticos começaram a defender propostas pontuais, caracterizadas por particularidades que não se repetiam no opositor. A partir disto se originou a noção de esquerda e direita. Este reconhecimento se deu pelo fato dos Jacobinos³ se sentarem à esquerda do parlamento e os Girondinos⁴ à direita.

Nos dias de hoje a democracia rege os debates que em determinada perspectiva potencializam, ou mesmo cerceiam a política. Diante da lógica de mercado, o Estado tende a se afastar gradativamente do controle social. A globalização em curso tende a destinar a vida

³ Representantes da baixa burguesia defendiam uma maior participação da população no governo.

⁴ Representantes da alta burguesia queriam impedir a participação popular no governo.

ao fetichismo da mercadoria⁵ e a centralização do poder econômico. Analisando este paradigma sob a égide do pensamento hegeliano é possível ter presente que retornaríamos a problemáticas que ocasionaram e ocasionam grandes acontecimentos políticos, culturais e sociais, como a Revolução Francesa, a Revolução Cubana, a Revolução Chinesa, a Crise Econômica de 1929, a Crise Imobiliária de 2008, e fenômenos como a Primavera Árabe e Occupy Wall Street. O que se percebe é a linearidade repetitiva dos acontecimentos ou, como relata Žižek, é uma visão em paralaxe: “[...] confronto de dois pontos de vistas intimamente ligados entre os quais não é possível haver nenhum fundamento neutro comum” (ŽIŽEK, 2008. p. 15).

A visão em paralaxe proposta pelo pensador esloveno nos remete ao reconhecimento de uma essência trivial, quando comparada às revoluções. Seu fundamento é genuinamente a mudança do sistema político, ao falar de crise econômica, seu epicentro se origina no caos regulatório da economia. As problemáticas são regressivas mantendo sempre a mesma forma, o mesmo eixo.

Hoje, crise financeira é um estado permanente que empresta legitimamente às reivindicações de corte nas áreas de gastos sociais, saúde, apoio a cultura e à pesquisa científica – em suma, o desmantelamento do Estado de bem estar. (ŽIŽEK, 2005, p. 19).

A presente discussão acerca do Estado se fortalece diante da crise econômica presenciada em 2008 se arrastando hodiernamente. Com a internacionalização da economia, a lógica do capital acabou suprassumindo a razão de Estado, tornando-se figura arraigada às tomadas de decisões políticas, visando seu fortalecimento individualista e de crescimento concentrado. Ao que parece às leis naturais do mercado imperam frente à organização social. Sendo assim, o pensamento de esquerda⁶ se volta para a prática das políticas atuantes do Estado, como emergência de um ser detentor da razão enquanto fim último.

⁵ [...] Marx [...] une a prática da troca de mercadorias à adoração de objetos inanimados. (FLECK, 2012, p. 144)

⁶ Por qualquer ângulo, 2011 foi um bom ano para a esquerda mundial [...] A razão fundamental foi a condição econômica negativa que atingiu a maior parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos teve de enfrentar grandes dívidas e receita reduzida e como resposta tentaram impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo que tentavam proteger os bancos. O resultado disso foi uma revolta global daqueles que o movimento Occupy Wall Street chama de “os 99%”. Os alvos eram a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos. Não é que o movimento como Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados tenham alcançado tudo o que esperava. Mas conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo, para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo pessoas passaram a discutir a natureza na qual vivem. Já não o veem como inevitável. (WALLESTERSTEIN, 2012. P. 73 – 74)

As decorrências da crise imobiliária⁷ levantaram possíveis alterações à serem adotadas pelo Estado mínimo predominante. Porém, o que ocasionou as discussões da necessidade de retorno, fortalecimento do Estado como protagonista dos eventos políticos, sociais e econômicos a frente da capacidade econômica autorregulatória é precisamente as dificuldades da economia-política de mercado alcançar um ponto de equilíbrio em torno de suas demandas e desejos por acumulação de capital.

Ao apreender o processo de produção da dimensão econômica da sociedade, ao analisar as regras que regulam esse movimento, Hegel não se contentou com as formulações de Adam Smith, baseadas em uma estabilização natural do jogo das forças econômicas. As regras econômicas, na concepção hegeliana, são incompatíveis entre si, pois seus postulados concernentes à natureza humana enunciam apenas o interesse particular com motivo da ação, sem que seja demonstrado o modo de concordância desses interesses na perspectiva de todos. Poder-se-ia dizer que a economia política clássica não levou suficientemente em consideração o postulado hobbesiano da *cobiça natural* dos homens, segundo o qual a única concordância entre os agentes econômicos é a que surge de uma aliança política, e não de uma concordância natural. Para Hegel, nenhuma harmonia pré-estabelecida regula o movimento do mercado que, deixado a si mesmo, destrói seus próprios laços sociais. (ROSENFELD, 1993, p. 56.)

A trajetória da lógica de mercado, pautada sobretudo em pressupostos liberais, demonstra que sua autorregulação é falha, porém, suas necessidades criadas fortalecem a primazia de protelar seu estouro, fator presenciado em 2008, quando a real crise da bolha digital do Japão (2001) foi maquiada com altos investimentos no setor imobiliário americano, adiando seu início e potencializando seus impactos;

Para Hegel, o desenvolvimento das contradições econômicas e dos conflitos sociais, das lutas por direitos iguais e por uma ampliação da liberdade não poderiam ser resolvidos no interior de uma organização autônoma da sociedade por si mesma sendo-lhe, pois, necessária uma instância política que, soberanamente, hierarquize suas atividades impondo-lhes limites. (ROSENFELD, 1993, p. 57.)

Fundamentado nas análises de Hegel (ŽIŽEK, 2008), Žižek chama atenção para o refortalecimento do Estado, este deve se opor ao que ele conceitua como *pós política*⁸. Nesse

⁷ [...] para muitos economistas foi óbvio que Wall Street planejou deliberadamente a bolha imobiliária, gastando bilhões em campanhas publicitárias com o intuito de encorajar as pessoas a fazer uma segunda hipoteca e incrementar as dívidas pessoais para consumir cegamente. A bolha tinha de estourar e, quando isso aconteceu, o sistema cambaleou até o Estado resgatar os bancos do colapso total. As disciplinas de mercado foram esquecidas convenientemente. (ALI, 2012. P. 67 – 68)

⁸ Aqui o alvo é o multiculturalismo norte Americano e o pós – marxismo inglês, ambas estratégias que se apoiam nas políticas da identidade, ou seja, da particularidade (étnica, sexual, nacional). Para Žižek tal estratégia desconhece a universalidade pressuposta pela noção de classe, redundante em uma política da distribuição da vitimização e na despolitização do político. (DUNKER, 2005, p. 54)

sentido, o filósofo enaltece a rota para arriscar o impossível (2006), é o momento em que o sujeito assume as responsabilidades outrora outorgada ao sistema liberal, e se pauta nos compromissos políticos rompendo barreiras com o deserto do real (2003).

O intelectual nesse rumo é alguém ativo, não preocupado em como ter sucesso no mercado ou em ser fiel a uma teoria, mas em pensar e agir politicamente, para mudar a situação em acontecimento. Este “agir politicamente” evita as saídas que *recusam, recalcam ou forçarem* o antagonismo, como é o caso da parapolítica (cenário tradicional dos partidos, subsistemas políticos e econômicos, em que se trata de seguir as regras do jogo), da pós – política (ONGs, ação das minorias, em que se trabalha com negociação e incorporação de diferentes interesses estratégicos), da arquipolítica (modelo das comunidades orgânicas fechadas, do fundamentalismo), da ultrapolítica (onde o conflito é restrito àquele entre a comunidade e os inimigos) e da metapolítica (os críticos integrados). Aí se coloca a ideia de Žižek de repetir, no atual mundo globalizado, o gesto lenista de “iniciar um projeto político que possa solapar a totalidade da ordem capitalista-liberal”. Atuando a partir de uma posição de verdade reprimida. (PRADO, 2005, p. 106 – 107)

Vertentes contemporâneas emergem direcionadas para mudanças nas organizações sociais, políticas e econômicas. Movimentos sociais efetivos ou passageiros elucidam uma real participação com a tarefa de comoção da massa para efetivação das propostas. O desafio é conchamar o povo à participação política, trazer à tona novos interesses e debates. A realidade não visa esgotar o sistema econômico vigente, mas racionalizá-lo conforme as necessidades sociais. O crescimento e desenvolvimento econômico só se efetivarão na medida em que abrangerem generalizadamente a população e respeitarem os limites da natureza.

2.1 Desenvolvimento econômico *versus* crescimento econômico

Ao contemplar o debate sobre desenvolvimento econômico se torna axiomático sua distinção perante o crescimento econômico. O crescimento é caracterizado como acúmulo de capital, diferentemente do desenvolvimento econômico, o qual requer inúmeras outras facetas para sua configuração.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

A noção desenvolvimentista angariou força após a segunda guerra mundial. Seu reconhecimento se deu através de agências, fundos, organizações e/ou programas que visavam fomentar o desenvolvimento a partir de financiamentos ou qualificação de mão de obra. Dentre eles, encontramos a Organização das Nações Unidas - ONU, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A criação destes postulados emergiram como movimentos para a promoção do desenvolvimento em países considerados subdesenvolvidos, juntamente com a oportunidade de reconstrução dos atingidos pela Segunda Guerra. O sucesso do desenvolvimento econômico está diretamente ligado à capacidade de produzir bens, segundo Bresser-Pereira:

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1)

Diante da anunciada necessidade desencadeada pela revolução produtiva e consumista capitalista, expressa acima por Bresser-Pereira, o fato nos remete a pensar que o sucesso do capitalismo é restrito a um pequeno grupo de países, que atingiram seu ápice de produção material. Porém, deve-se ter cuidado com esta vertente, pois uma possível interpretação do relatório apresentado pelo Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento - PNAD – 2013, mais especificamente no Relatório de Desenvolvimento Humano, demonstra que o sucesso econômico não garante qualidade de vida, ou mesmo o acesso a renda de forma generalizada.

Ao comparar o ranking dos países com maior Produto Interno Bruto – PIB – ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – é dedutível um abismo, como se pode observar nas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – PIB Mundial, 2012.

Posição	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
País	Estados Unidos da América	China	Japão	Alemanha	França	Reino Unido	Brasil	Itália	Rússia	Canadá
PIB	US\$ 15 trilhões	US\$ 7,2 Trilhões	US\$ 5,8 Trilhões	US\$ 3,5 Trilhões	US\$ 2,7 Trilhões	US\$ 2,4 Trilhões	US\$ 2,3 Trilhões	US\$ 2,1 Trilhões	US\$ 1,8 Trilhões	US\$ 1,7 Trilhões

Fonte: Terra portal de notícias

Tabela 2 – Classificação do IDH

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos a Classificação do IDH	IDH de não rendimento
	Valor	Anos	Anos	Anos	(PPC em USD de 2006)		Valor
Classificação do IDH	2012	2012	2010*	2011	2012	2012	2012
1 - Noruega	0,955	81,3	12,6	17,5	48,688	4	0,977
2 - Austrália	0,938	82,0	12,0	19,6	34,340	15	0,978
3 - Estados Unidos	0,937	78,7	13,3	16,8	43,480	6	0,958
4 - Países Baixos	0,921	80,8	11,6	16,9	37,282	8	0,945
5 - Alemanha	0,920	80,6	12,2	16,4	35,431	10	0,948
6 - Nova Zelândia	0,919	80,8	12,5	19,7	24,358	26	0,978
7 - Irlanda	0,916	80,7	11,6	18,3	28,671	19	0,960
8 - Suécia	0,916	81,6	11,7	16,0	36,143	6	0,940
9 - Suíça	0,913	82,5	11,0	15,7	40,527	2	0,926
10 - Japão	0,912	83,6	11,6	15,3	32,545	11	0,942
85 - Brasil	0,730	73,8	7,2	14,2	10,152	-8	0,755

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano – 2013 – PNUD. (p.150)

A noção simplificada de que crescimento econômico é inerente ao desenvolvimento econômico não se sustenta. Ao comparar a posição dos dez países mais ricos na Tabela 1, com os dez primeiros países da Tabela 2, percebemos que são distintos. A perspectiva de crescimento está totalmente afastada do desenvolvimento, pela lógica as tabelas deveriam repetir os posicionamentos. Entretanto, na realidade os índices que mensuram esta linearidade se apresentam de formas diferentes, ou melhor, as antinomias conceituais convergem para resultados práticos, positivos à um grupo e negativo à outros.

O IDH como medida a fim de conhecer o grau de desenvolvimento dos países⁹, se utiliza de indicadores de: saúde, educação e renda per capita, elaborando perspectivas da qualidade de vida nos locais, sendo que o país que obtiver resultado próximo a um, ou igual a um é considerado de maior desenvolvimento humano.

País rico não é sinônimo de qualidade de vida. O Brasil, que possui a 7º maior economia mundial, mas se encontra em 85º lugar no ranking do IDH, exemplificando esta realidade. Segundo Celso Furtado “provocou-se maior concentração da renda [...] quando se

⁹Atualmente se utiliza 185 países como referência.

tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do país está na já excessiva concentração da renda" (1968, p. 19)

O sistema econômico vigente, enquanto mecanismo globalizado age com a primazia da autorregulação. Isto significa que oferta e demanda são mecanismos de equilíbrio na balança comercial. O capitalismo, tendo como foco a crescente e cíclica circulação de produtos, torna possível visualizar o fetichismo da mercadoria, deslançando uma busca desenfreada pelo consumo, fator principal na manutenção de si próprio. Nota-se que a produção gera emprego e renda, porém, a discussão é no tocante às oportunidades que o mesmo proporciona às massas, cabendo a indagação: até que ponto os cidadãos são livres para participar no consumo?

O darwinismo econômico auxilia a responder a inquietação diante da concentração de riquezas que o sistema impõe, sobrevivendo somente os mais aptos. A concepção de crescimento econômico se sustenta na medida em que uma pequena parte da população mundial fomenta e se beneficia da lógica, ou, dito por Marx, os detentores dos meios de produção se utilizam do modelo para sustentação hierárquica.

Os defensores da opção antidesenvolvimentista dizem que o foco no crescimento econômico está errado em dois aspectos: é uma política que leva adiante as piores características do sistema capitalista e que causa danos irreparáveis – sociais e ambientais. (WALLESTERSTEIN, 2012. P. 76)

O sistema capitalista, enquanto aplicação preponderante fortalece a homogeneização da economia, o que possibilita dizer que a concentração de riqueza se fortalece. O liberalismo econômico aquece os instintos competitivos do homem, ocasionando uma busca desenfreada pelo ideal de felicidade por ele criado. Porém, esta corrida é totalmente desproporcional às condições que o próprio sistema oferece. Bastam voltarmos à tabela 2, aspectos como saúde, educação e descentralização de renda são quesitos para se mensurar qualidade de vida, este que certamente se desprende dos governos que apostam na autorregulação do mercado, desempenhando o Estado mínimo e proporcionando o darwinismo Econômico. Sendo assim, o mesmo sistema que cobra qualificação, não permite que o governo ofereça, exigindo capacidade intelectual e técnica de uma população que esta em suas mãos, nosso país demonstra historicamente que ela se constitui de forma a servir, dadas as condições políticas, econômicas e sociais as quais foram inseridas por uma classe em ascensão.

Os debates sobre crescimento e desenvolvimento econômico devem caminhar juntos, seja como maneira de romper com a lógica imposta, ou pela criação de mecanismos de

combate a sua centralidade. O ideário desenvolvimentista se abordado sob o viés de Boisier, enaltece outras ações como fomento para alcançar o desenvolvimento pleno. Segundo sua visão não é o meio econômico o principal leque para almejar o mesmo.

Sugiero denominar *capital sinérgico* a la capacidad social o, mejor, a la capacidad societal de promover acciones em conjunto dirigidas a fines colectiva y democráticamente aceptados, con el conocido resultado de obtenerse así un producto final que es mayor que la suma de los componentes. Com toda forma de capital, el capital sinérgico es un stock de magnitud determinada em cualquier territorio y tiempo, que puede recibir flujos de energía que aumentan este stock y del cual fluyen flujos de energía dirigidos precisamente a articular otras nuevas formas de capital. Es una simple y curiosa casualidad que em las dos últimas décadas y omismohaya pasado desde un esquema inicial de tres elementos a uno de seis y ahora a uno de nueve! Hay tal vez una cábala implícita. (BOISIER, p. 66)

Para o pensador chileno, o capital sinérgico é a fonte propulsora do alcance do desenvolvimento, enquanto forma de realização da sociedade nos eixos que ela mesma colocar como primordiais. Ou seja, este capital requer a cooperação da comunidade, o que é intrínseco à confiança. Porém, o conceito de desenvolvimento econômico assume outra perspectiva se abordado por Sandroni:

Já considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. (1994)

Por sua vez, o Viés de Milone posiciona o conceito de desenvolvimento econômico sob a seguinte perspectiva:

[...] se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. (1998)

Analisando os paradigmas dos teóricos acima, identificamos uma relação arraigada entre crescimento e desenvolvimento econômico. Diante das discussões até aqui desenvolvidas, salienta-se que o crescimento proporcionado pelo capitalismo exclui uma grande parcela da população, tornando-as reféns do desemprego, da desigualdade social, de inacessibilidade à saúde e educação, além da exorbitante concentração de renda. O modelo de desenvolvimento econômico visa combater estas práticas, utilizando o crescimento como

ferramenta para atacar os problemas de ordem socioeconômica. Sob tais pressupostos, o Estado se torna ente primordial na promoção do desenvolvimento, visto que o sistema autorregulatório liberal vem se demonstrando falho, o que tem provocando crises cíclicas, colocando à prova seu funcionamento por longos períodos.

Amparados nos pressupostos do Estado Moderno de Hegel, enquanto articulação de possível intervenção, cabe a análise de uma modificação no sistema econômico vigente, utilizando-se da razão estatal como paradigma. A noção de concentração pode ser supressumida pela vertente de distribuição e regulação da economia, o que necessariamente irá interferir nos aspectos sociais, proporcionando um salto nos quesitos mensurados pelo IDH.

Esta lógica nos remete a paralaxe estatal, como mecanismo na melhoria da condição de vida da população. A estrutura do Estado pode auxiliar na mudança da desigualdade social perpetrada pelo capitalismo. A partir disso, os governos locais podem servir de mediador para a entrada em uma região mais competitiva e justa, contribuindo assim na busca do desenvolvimento regional.

2.2 Possíveis funções do estado em relação ao desenvolvimento e crescimento econômico

Em tempos de globalização, a lógica de mercado exerce influência nas estruturas de gestão dos municípios brasileiros, forçando-as a participação na lógica do capital. Frente a isso, o desafio em competir nessa realidade se demonstra necessário aos municípios que visam crescer economicamente acompanhado o ritmo das grandes cidades e dos países emergentes.

Diante de uma crise econômica que ultrapassa fronteiras e afeta em significativa escala o Brasil, cabe aos gestores públicos municipais mediar alternativas para promoção destes locais, podendo angariar nichos de mercado nos países em ascensão. Com a economia aquecida internamente, o país demanda de participação ainda maior neste leque que o capitalismo propaga e coloca a disposição. Porém, podem-se enumerar de forma criativa e competitiva paradigmas que se adequam à realidade, possibilitando cada vez mais exportar bens e serviços, fomentando, de certa forma, o desenvolvimento regional.

A crise de 2008 se arrasta. Segundo economistas, ela pode ser considerada a maior crise que o sistema econômico vigente já presenciou (superando a crise da bolsa de valores de

Nova Iorque, em 1929). No entanto, o fim desta crise parece estar longe, visto que em meio aos colapsos financeiros, econômicos e sociais, agentes encontram formas para lucrar, seja refinanciando dívidas, assumindo hipotecas, comprando títulos públicos, etc. O modelo econômico que os “Tigres Asiáticos” adotaram pode servir de orientação, apesar de inúmeras críticas possíveis, aos gestores públicos municipais, como possibilidade de encontrarem em seu local, potencialidades que atendam a procura dos países em crescimento, em especial a China, tida como potência econômica emergente.

A visão de que a China só vende mercadorias em quantidades estratosféricas é errônea, pois demanda por serviços e produtos que podem ser encontrados no Brasil. Algumas empresas como Votorantim, Sadia, Vale do Rio Doce entre outras, já se deram conta deste fato e, estão em processo de instalar fábricas naquele país, a fim explorar setores promissores da economia chinesa.

O leste asiático vem demonstrando sua capacidade competitiva em variados setores, tornando-se competitivos, principalmente na produção de eletrônicos. Evidentemente, suas formas produtivas podem ser consideradas desumanas, com jornadas de trabalho que excedam até 16 horas diárias, explorando trabalho infantil, pagando salário mínimo de US\$ 140,00 (REUTERS, 2010). Todavia, esse padrão deve ser substituído para que se consiga competir diretamente com o povoado que irá dominar o mercado futuramente, ou mesmo maximizar parcerias. A leitura da realidade econômica, política e social chinesa auxilia para que erros não sejam cometidos no crescimento e desenvolvimento de nosso país.

Portanto, é preciso ter presente que o reconhecimento do Estado brasileiro em sua função de propagar o desenvolvimento regional se expressa no DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007, o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tendo como principal objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e, a promoção de equidade no acesso à oportunidade de desenvolvimento.

Levando em consideração que o Estado é o aglomerado da população, torna-se primordial sua participação nas tomadas de decisão. As políticas desejadas como promotoras do desenvolvimento local devem estar sintonizadas com as diretrizes estabelecidas pela região.

Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais. Em consequência, tais problemas tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser identificadas e aproveitadas muitas oportunidades de cooperação

entre esses atores na defesa de interesses comuns à região. (BANDEIRA, 1999, p. 06).

O reconhecimento do desenvolvimento regional enquanto abrangência, política, econômica e social deve ser percebida como necessidade para o alcance de melhores condições de vida da população. Nesta perspectiva, fizeram-se necessários estímulos conferidos ao consumo interno no país nos últimos anos, como forma de inclusão da população marginalizada. Análises demonstram que a classe C vem sustentando o ritmo de crescimento do Brasil: em 2003 eram 65,9 milhões, os quais se transformaram em 105,4 milhões em 2011.

Os programas de erradicação da pobreza contribuem significativamente com os números, principalmente na modalidade de descentralização de renda, como o “Programa Bolsa Família”. Porém, esta medida trará resultados a longo prazo, enaltecendo o crescimento econômico das famílias. Outras intervenções pontuais no modelo econômico certamente tornarão instantâneos os resultados na qualidade de vida, como execução da reforma agrária, incentivo fiscal à empresas nacionais, programas de assistência técnica à pequenos produtores e empresários, dentre outras.

O tratamento analítico do conceito de desenvolvimento é relativo perante as atitudes abrangentes que o governo federal anuncia, tendo como uma de suas funções fomentar de forma igual ações que facilitem a governança local, bem como auxiliar municípios que não usufruem de capacidade técnica e material. Porém, não se deve confundir auxílio com abstenção na execução das tarefas que competem a cada poder político, tornando os municípios dependentes das ações da união. Uma questão relevante é a guerra fiscal entre os estados, a qual dever ser cuidadosamente assessorada pela razão de Estado, a qual demonstra irracionalidade e egoísmo na dinâmica do lucro.

[...] nesse cenário “hobbesiano”, a competição travada não encontra freios capazes de atenuar seus impactos negativos sobre o federalismo, que procura construir sua unidade em um país marcado por desigualdades regionais, culturais e econômicas. (COLOMBO, p. 11)

O poder mediador estatal necessita regular estas ações, como ferramenta para construção de um país onde a equidade prevaleça, tendo como desafio respeitar as peculiaridades locais, promovendo de forma justa o crescimento dos índices de educação, saúde e descentralização de renda, distanciando-se da vertente única de plena produção e consumo.

Medidas paliativas e projeções futuras tornaram-se corriqueiras nos anúncios do governo federal. A intervenção econômica tem se mostrado abundante, seu uso desmedido fortalece o giro momentâneo, capaz de maquiagem a realidade atual e adiar crises que estão por vir. Estas medidas apenas aquecem o sistema de consumo, afastando-se da promoção do desenvolvimento econômico. Exemplos claros são: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para carros e linha branca, regulação da taxa básica de juros, aumento sobre o Imposto de Operações Financeiras – IOF, aumento do IPI para carros importados.

Estas atividades e outras atitudes de gestão pública demonstraram-se suficientes em um período de crise econômica mundial. O incentivo ao consumo interno sustentou um leve crescimento no Produto Interno Bruto – PIB e, um poder maior de compra dos brasileiros, na medida em que a renda per capita se elevou e seu poder de endividamento também. A visão estabelecida como positiva pelo governo se sustentou na criação de mais empregos e giro da economia, visto que atingimos a menor taxa de desemprego dos últimos dez anos em dezembro de 2012, com cerca de 4,6%. Algumas indagações são necessárias diante do modelo: Até que ponto estas intervenções são possíveis? Qual a duração real destas medidas? Qual o impacto que as regulações trazem na melhora da condição de vida da população?

Recentemente, o governo anunciou que a meta é dobrar a renda per capita até 2022, porém, alguns economistas justificam uma projeção irreal. Para isso acontecer, o país deveria crescer cerca de 8%, com uma inflação controlada, o que tornaria o poder de compra elevado. Os resultados na intervenção econômica dos últimos dois governos estão sendo sentidos neste exato momento. Em 2012, o teto da inflação foi rompido¹⁰, abrindo margem para o aumento da taxa básica de juros.

Após breves análises de conjuntura econômica, faz-se necessário ressaltar os impactos do crescimento econômico. Nesta direção, cabem as seguintes questões: até que ponto esta elevação do consumo é sustentável? Em que medida o ecossistema suportará este crescimento desenfreado?

O repensar deste modelo econômico vem sendo conclamado nos últimos anos por intelectuais da vertente marxista, ressaltando sua insustentabilidade e surgimento de crises cíclicas. Sob outro viés, nunca se lembrou de forma tão intensa de Hegel como neste último século, seu ideário regulatório possível pelo Estado, vem se demonstrando urgente. Porém, a necessidade basilar é romper a lógica do funcionamento contemporâneo do capitalismo. Sua

¹⁰A meta era de 6,5%, mas chegou em 6,59%.

regulação deve ser audaz a ponto de mexer nas relações de classes e na concentração de riqueza como fundamento para o surgimento de um país mais justo e acessível à toda a população, que o faz nação.

O refortalecimento do Estado é urgente em um país dividido economicamente e socialmente, suas estratégias devem respeitar as ansiedades e necessidades do povo por saúde e educação, direito sociais estruturantes da sociedade moderna. Seu comprometimento deve ser conquistar posições em índices que fortaleçam a qualidade de vida, como IDH, mas estas medidas devem ser pensadas a curto, ou médio prazo.

2.3 Gestor público frente às políticas públicas

A discussão acima se cumpre na presença do gestor público, suas atribuições se baseiam no artigo 37 da Constituição Federal (1988), devendo obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir de um conceito sucinto, pode-se definir o Gestor Público ou Administrador Público como aquele que é designado, eleito ou nomeado formalmente, conforme previsto em lei e/ou regulamento específico, para exercer a administração superior de órgão ou entidade integrante da Administração Pública. Saliente-se que a administração superior compreende todas as atividades relacionadas à definição de políticas e metas de atuação do ente público, bem como à tomada de decisões visando ao atendimento dos objetivos e das finalidades definidas nas normas legais reguladoras da sua atuação. (CASTILHOS, 2009, p.19)

O gestor público, enquanto governante do Estado deve atender as solicitações da coletividade. O exercício de sua função requer indistinção ideológica ou partidária. O nomeado deve agir conforme as especificidades do cargo que ocupa, em caso de ter sido eleito democraticamente, sua representatividade institui uma confiabilidade setORIZADA da população, devido à sua forma, ou proposta de gerir os bens e serviços públicos. O poder de liderança, bem como a capacidade de articulação são necessários na forma de conduzir o aparelho público. O gestor eleito deve estar em sintonia com sua equipe de concursados, juntamente dos cargos de confiança.

A governança obriga à uma gestão ampla. A forma necessariamente tem que abarcar a totalidade da população, fomentando a indistinção das classes sociais. Em caso de administração municipal, o papel de incentivo ao desenvolvimento local pode partir seguramente do gestor, enquanto guia regional, utilizando a matriz do modelo endógeno.

Os cargos concursados demonstram segurança e são basilares na condução da máquina pública, seu apego à burocracia se apresenta necessário. A escolha dos cargos de confiança segundo a lógica é técnico, mas efetivamente fogem à regra, suas especificidades cerceiam o funcionamento exato quando orientado por um especialista.

Como regra geral, é possível afirmar que as atribuições do Gestor Público estão todas expressamente definidas em lei e/ou no regulamento específico de cada órgão ou entidade administrado. Contudo, existem atribuições que são comuns e extensivas a todos os gestores, independentemente da especificidade de cada órgão ou entidade, pois derivam de normas e princípios gerais aplicáveis a todos os entes públicos ou porque se revelam inerentes à própria atividade desempenhada pelo Gestor Público. (CASTILHOS, 2009, p.20)

Quanto às formas clássicas de administração pública, as políticas de governo se referem às medidas internas, sejam paliativas, emergenciais ou efetivas. Porém, não passam pela apreciação popular, seja de modo estratégico ou de modo estanque a ser executado rapidamente. Em antinomia a ela, as políticas públicas buscam a participação coletiva.

Por mais óbvio que pareça, as políticas públicas envolvem a produção de bens públicos – e não privados ou apenas destinados ao uso coletivo. Isso porque o caráter público dessas políticas não se dá pelo agregado social que o bem que elas produzem atingem, mas, sim, pelo simples fato de essas políticas serem mandatórias e impositivas. Portanto, podemos afirmar que é o Estado que detém o poder e a autoridade para fazer valer, para toda a população que vive num território delimitado, as políticas que se processam de diversos interesses, necessidades e demandas da sociedade. (RODRIGUES, 2010, p.18)

O papel das políticas públicas é mudar a realidade local, seja o nível social, econômico, ambiental, saúde, educação. Sua intervenção segue uma ordem cronológica, partindo sempre das necessidades regionais. Cabe ao administrador público mediar a relação de deslocamento teórico à prática, o aparelho do Estado participa como fornecedor técnico, financeiro e fiscalizador da ação. A medida de modificação social passa pela apreciação do gestor e sua equipe, o caso revisado acima enaltece fortemente o movimento.

Os índices apresentados nas tabelas 1 e 2 implicam movimento de transformação em nível de nação e mundo, em que o papel do gestor de políticas públicas é estratégico para alcance proporcional desta possível mudança. O formato de políticas impositivas está fadado ao fracasso diante da crescente necessidade de descentralização de renda, acessibilidade educacional e de saúde.

Modelos de gestão participativa e incentivos ao desenvolvimento econômico local vêm sendo protagonizados por governos que têm as políticas públicas como ferramenta fundamental para gerir o Estado. Atividades como moeda social, economia criativa, e

economia solidária mostram o diferencial na promoção do desenvolvimento regional. Esta aplicação do administrador público eleva a qualidade de vida, bem como protege e encoraja o investidor local. A transparência na condução do governo e prestação de contas são avanços na gestão participativa dos recursos.

A virtualização dos mercados facilita a compra a longas distâncias, o que resulta na concentração de riqueza nas capitais dos estados. O caráter da moeda social é tentar amenizar os impactos que este processo cria. Sua função social é circular somente em território delimitado, dificultando compras em outros bairros ou *E-Commerce*. Este processo protagoniza uma economia setorizada, enaltecendo as relações de compra na localidade, desta forma o capital fica preso a esta lógica de circulação.

O poder público pode regular as trocas e emissão da moeda, controlando a inflação e interferindo quando necessário. Seu fundamento é obrigatoriamente convergir com as decisões do Banco Central brasileiro. Partindo deste pressuposto, Rodrigues afirma que as políticas públicas são:

[...] a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meios de ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do Governo. (RODRIGUES, 2010, p.19)

A crise econômica de 2008 incide sobre a função do gestor público, enquanto agente primordial nas relações de proteção a localidade ou nação. A vertente intervencionista ressalta a necessidade de políticas econômicas auxiliadas pelas políticas públicas como medidas a garantir o pleno desenvolvimento regional, bem como a promoção da qualidade de vida e abrangência indiscriminada da população, diminuindo a contradição entre as classes sociais.

As tomadas de decisão devem obedecer aos princípios cabíveis à administração pública, sendo respeitadas a moralidade, economicidade, legalidade, motivação e eficiência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante as discussões que circunscreveram o conjunto de argumentos presentes no artigo, pretendeu-se posicionar possibilidades para uma possível visão do Estado perante a organização política e econômica do país, mais especificamente como agente fomentador do desenvolvimento local, expressado pelo gestor público na condução das políticas públicas.

Esta paralaxe se desdobrou segundo a conceituação do Estado moderno diante de Hegel, o qual se caracteriza como precursor do mesmo. Segundo o pensador, a razão imanente permite uma abordagem de forma sistemática a setores estratégicos, em conformidade com os interesses e necessidades da população que o sustenta. A emergência de um Estado forte e atuante ressurgiu com a Revolução Francesa e a desorganização dos principados alemães no século XVIII. Porém, o aquecimento capitalista e o processo de globalização estendido hodiernamente romperam em parte com o crescimento da racionalidade estatal.

Diante dos três últimos séculos, a discussão pela mão invisível do Estado se fez presente, os poderes políticos foram enfraquecidos pela lógica de mercado. Aquém das imposições estabelecidas pelo livre comércio e pela clareza da importância consumista, o presente sistema político emerge entender suas contradições, resultantes em confrontos trabalhistas, centralização de poder econômico, especulações e crises cíclicas. O episódio ocorrido em 2008 (crise econômica mundial) fortaleceu as discussões acerca do Estado intervencionista. O momento deixou clara a irracionalidade funcional das leis abstratas de mercado, permitindo, assim, estabelecer novas funções na articulação econômica.

Frente às mediações governamentais se tornou axiomático dialogar sobre a melhora na condição de vida. A diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico se fez relevante presente à confusão prática estabelecida por políticos. Segundo pensadores da área, o crescimento se caracteriza pelo aglomerado de riqueza em nível concentrado, inverso ao paradigma desenvolvimentista que requer, juntamente com o crescimento, uma melhor distribuição da renda, auxiliado pelo aumento dos investimentos em educação e saúde, resultando, necessariamente, na melhora gradativa dos índices internacionais que o mensuram – IDH.

O ideal estatal pode se colocar como razão promotora deste espaço, garantindo, assim, qualidade de vida à coletividade. Defronte às análises elencadas no tópico POSSÍVEIS FUNÇÕES DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO, o protótipo intercessor pode agir em setores tidos como estratégicos diante da melhoria que perpassa o desenvolvimento. Como exemplo, pode-se citar o combate à centralização da renda, efetivação da reforma agrária, investimentos convenientes em educação e saúde, etc. Em suma, os governos tem a missão de representar os clamores populares e, ao que parece, este clamor é mundial e incumbe ao Estado à assistência de suas vidas enquanto racionalidade ética, estética e política.

Medidas governamentais paliativas podem ser, necessariamente, trocadas por mediações pontuais de maior eficácia. As discussões que perpassam, enaltecem a urgência da intervenção no foco dos problemas de ordem econômica e social, as quais se efetivam no centro das relações de produção. O movimento político deve retomar as rédeas neste modelo, que se eleva condição absoluta, cabendo ao gestor público fortalecer os princípios que dão linearidade à sua função, tornando estruturantes as políticas públicas como representação da nação.

REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David *et al.* **OCUPPY – Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. P. 67 – 68.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. IPEA, Brasília, Texto para discussão N° 630, p. 1-89, fev, 1999.
- BOISIER, Sergio. **EL DESARROLLO TERRITORIAL A PARTIR DE LA CONSTRUCCION DE CAPITAL SINERGETICO**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v.4, p. 61 – 78, jan/abr. 1999. P. 66.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. (p.41)
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento regional**. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 28 de jan. 2013.
- CASTILHOS, Abel Ferreira (org). **Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público**. - Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2009. p.19 – 20.
- COLOMBO, Luciléia Aparecida. **BRASIL: AS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM UMA FEDERAÇÃO DESIGUAL**. Disponível em:
<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvimentoregional/Grupo%203/15.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2013. (p.11)
- DUNKER, Christian. Žižek: um pensador e suas sombras. In: DUNKER, Christian e PRADO, José Luiz Aidar (Orgs.) et al. **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker, Editores, 2005. P. 54.
- FLECK, Amaro. **O CONCEITO DE FETICHISMO NA OBRA MARXIANA: UMA ENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO**. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/1677-2954.2012v11n1p141/22909>>. Acesso em: 17 de abr. 2013. (p. 144)
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968. P - 19.
- HARVEY, David *et al.* **OCUPPY – Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

TERRA PORTAL DE NOTÍCIAS. **PIB mundial**. Disponível em: <http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-mundial/>. Acesso em 09 de Abr. 2013.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Uma formalização da mão invisível. **Estud. Econ. vol.36 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612006000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2013.

PRADO, José Luiz Aidar (Orgs.) et al. **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker, Editores, 2005. P. 54

_____. O lugar crítico do intelectual: estrato comunicável ao ato impossível. In: DUNKER, Christian e PRADO, José Luiz Aidar (Orgs.) et al. **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker, Editores, 2005. P. 106 - 107.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013. **Pnud**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010 – (Folha Explica) P. 18 - 19. ROSENFELD, Denis. **Política e Liberdade em Hegel**. Segunda edição, São Paulo, ed: Ática, 1995. P. 226. _____.

Introdução ao pensamento político de Hegel. Ed: Ática, 1993. P. 54, 55, 56 e 57. SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. **São Paulo: Atlas, 1994**. SMITH, Adam. **A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 379.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998. P. 205.

WALLESTERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, David *et al.* **OCUPPY – Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. P. 73, 74, 76.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. P.15

_____. Bem-Vindo ao deserto do Real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 (Estado de Sítio).

ŽIŽEK, Slavoj. Multiculturalismo ou a lógica do capitalismo multinacional. In: DUNKER, Christian e PRADO, José Luiz Aidar (Orgs.) et al. **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker, Editores, 2005. P. 19.

ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. Arriscar o impossível: conversas com Žižek. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins fontes, 2006. (Coleção Dialética). 211p. ISBN 8599102273

NOTAS

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Contestado - UnC - Canoinhas - SC, com Licenciatura Plena em Sociologia. Pós-Graduação em Gestão Pública pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Acadêmico no Programa de Mestrado em

Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado - UnC. Endereço Profissional: Universidade do Contestado, Universidade do Contestado, Coordenação de Ciências Sociais, Rua: Roberto Ehlke, 85 - Centro. 89460000 - Canoinhas, SC – Brasil. E-mail: feonisto@gmail.com.

² Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1989), mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor titular de filosofia da Universidade do Contestado na graduação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: sandroluizbazzanella@gmail.com